

EDITORIAL

A GEOGRAFIA EM NOVOS TEMAS E DIÁLOGOS POSSÍVEIS

Pablo Ibañez

Quando se assume o compromisso de editar uma revista científica, carrega-se o anseio de desbravar novos estudos, perspectivas, visões de mundo e, o mais patente, compartilhar o conhecimento. O Departamento de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, praticamente desde sua fundação, adotou esse compromisso e tem tido ponderação para que as publicações envolvam estudos de diferentes áreas da Geografia e suas distintas abordagens, procurando sempre ampliar os horizontes que se abrem sobre temas concernentes ao nosso campo disciplinar. Este número dá continuidade a esse trabalho.

Em meio a um momento histórico que, como apontava Milton Santos, é uma crise, tivemos a sorte de contar com artigos que versam desde aspectos técnicos, fundamentais para o conhecimento do espaço, passando por revisões de temas clássicos, como aqueles relativos à Geografia Política, até apontamentos sobre questões ligadas às políticas de saúde, que guardam expressiva proximidade com elementos estruturais do nosso campo de análise. Merecedora, também, de destaque é a publicação sobre diplomacia em tempos de globalização, de autoria do diplomata Gustavo Westmann, que gentilmente nos presenteou com uma ponderação tão atual como relevante para pensar o mundo contemporâneo.

Esperamos que o conjunto desses artigos possa trazer contribuições pertinentes e valiosas para, juntos, refletirmos sobre os caminhos a percorrer para o contínuo avanço da Geografia no Brasil.

A estrutura da revista permanece a mesma. A primeira seção, Artigos, reúne quatro trabalhos. A abertura traz o artigo, *Entre a política e a nova agenda da Geografia*, de autoria da professora Iná Elias de Castro, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Renomada por suas contribuições em textos e livros de extrema importância para a Geografia brasileira, a autora procurou aprofundar ainda mais novos olhares sobre a

interface entre Política e Geografia, campo tradicionalmente vinculado à Geografia Política. O ponto central é a compreensão do problema político como questão geográfica, fugindo, porém, do ‘pecado original’ da Geografia Política, que seria circunscrever a política ao Estado. Com base em uma crítica às análises que advogam ao capital todas as explicações na Geografia, Iná Elias de Castro reforça a necessidade de um olhar mais apurado para questões institucionais, campo fundamental de análise do espaço, em particular pelo prisma político. Para elucidar tal proposta, a autora faz uma reflexão mais específica sobre os campos da cidadania e da democracia, eixos de estudos que a professora vem desenvolvendo com os pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Política e Território, GEOPPOL. O artigo, sem dúvida, constitui uma enorme contribuição, sobretudo por identificar a tarefa de estabelecimento dos nexos entre a política e o território, “suas escalas e atores mais decisivos, destacando o papel da ordem espacial dos fenômenos tratados”.

O segundo artigo mantém a linha de abordagem sobre a interface entre a Geografia e a Política, mas com base em uma atualização das análises geopolíticas, a partir das contribuições da Economia Política Internacional (EPI), que vêm sendo desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Hélio Caetano Farias, em *Território, poder e riqueza: uma leitura da geopolítica do capitalismo*, perpassa a evolução das teorias ligadas à Geografia Política e à Geopolítica, classicamente muito atreladas ao papel dos Estados, postulando a relevância de pensar o sistema interestatal capitalista que se consolidou ao longo do século XX, com base em questões ligadas à estratégia e ao poder. A riqueza teórica do texto, por si, já incita sua leitura, contudo, a reflexão sobre o poder norte-americano e sua importância no mundo contemporâneo ganha relevo, posto o paradoxo que se coloca em pauta: ao passo que, como potência hegemônica, os EUA parecem significar alguma estabilidade no sistema mundial, o que se assiste é uma desestabilização cada vez maior de tal sistema. Hélio Farias complementa essa perspectiva de novos olhares para a relação entre Política e Geografia, só que, desta vez, com uma preocupação maior em relação ao viés da economia política internacional.

O próximo artigo, *Geografia e relações internacionais: breves apontamentos teóricos sobre a geopolítica em face de uma aproximação interdisciplinar*, de autoria do professor da Universidade Federal do ABC, Marcos Antonio Roseira, aborda um interessante debate entre as teorias geopolíticas e as teorias das relações internacionais. O autor, que, em tese de doutorado, resgatou tal debate, hoje leciona no departamento de Relações Internacionais, aprofundando o diálogo entre essas temáticas. Via apontamentos sobre a proximidade entre teorias clássicas das duas vertentes, a exemplo dos postulados de Mackinder e o campo do realismo, Roseira enaltece alguns elementos concernentes às teorias geográficas, como o papel fundamental das tecnologias da informação, os sistemas logísticos, dentre outros, para o entendimento das dinâmicas interestatais do mundo hoje. Com base em um resgate das teses originais, o autor finaliza ressaltando o cuidado para que a Geopolítica não permaneça desgastada pelas fortes críticas que sofreu por seu caráter aplicado, já que se trata de um campo relevante de análise.

O trabalho *Avaliação do modelo de drenagem D8 por compartimentos geomorfológicos*, escrito por Phillippe Valente Cardoso, Vagner Braga Nunes Coelho e Rafael Silva de Barros, fecha a seção Artigos com uma importante avaliação sobre a utilização de modelos de drenagem no conhecimento da geomorfologia brasileira. Segundo os autores, a diversidade climática, geológica, geomorfológica, entre outras, faz com que haja determinadas dificuldades no mapeamento. Assim, modelos digitais têm sido apontados como alternativas capazes de auferir melhores análises. No estudo em questão, escolheu-se a variável rede de drenagem e a unidade da bacia hidrográfica do rio São João, com utilização do modelo digital de elevação (SRTM 90 metros). Ainda que afirmem que alguns resultados mereçam melhoria e adequação, é inegável a contribuição que esses autores trazem para os estudos em geomorfologia.

A seção Posições, que tem tratado de temas atuais sempre sob diferentes pontos de vista, nesta edição foi agraciada com duas contribuições especiais sobre a contemporaneidade, uma pelo prisma das políticas de bem-estar social, em particular, a saúde, e a outra por uma reflexão sobre a diplomacia em tempos de globalização.

Ana Luiza d'Ávila Viana e Ana Maria Medeiros da Fonseca têm vasto currículo em estudos sobre proteção social e trazem à luz, em *Estado de crise: dimensões política e social da crise atual lá fora e aqui. Bem comum, esfera pública e ética como sentido e nexos da universalidade*, questões que em muito afetam a consolidação de políticas universais, em especial na área da saúde, a partir de reflexões sobre o Estado, políticas sociais e problemáticas inerentes ao capitalismo, suscitando o debate sobre a noção de estado de crise. A mercantilização da saúde, um dos exemplos discutidos no artigo, em muito agrava problemas relacionados a esse campo, encarecendo procedimentos e onerando o setor público, e vem se aprofundando com a consolidação de políticas neoliberais, que, nos últimos anos, como lembram as autoras, proporcionou uma concentração radical da riqueza junto ao capital financeiro. A retomada de valores fundamentais da universalidade é apontada como essencial para impetrar políticas socialmente mais justas. Completando o texto, as autoras refletem sobre os casos da Ásia e da América Latina, em uma perspectiva comparativa, enaltecendo a importância que as políticas de distribuição da riqueza e de bem-estar social tiveram para que alguns países do primeiro continente em questão alcançassem condições sociais mais justas e com melhor acesso a serviços fundamentais. Trata-se de um importante artigo para refletirmos sobre um dos maiores desafios do nosso tempo, a retomada de políticas sociais que garantam universalidade.

No segundo texto da seção, *Reflexões sobre a diplomacia em tempos de globalização*, o diplomata Gustavo Westmann proporciona um relevante panorama dos grandes debates da diplomacia mundial. Com uma linguagem fluída, o autor retrata o difícil dilema entre estruturas burocráticas hierarquizadas na diplomacia e um mundo em aceleração vertiginosa, onde novos conflitos, terrorismo, migrações, negociações na Organização Mundial do Comércio e as dificuldades encontradas pela própria Organização das Nações Unidas em resolver litígios pouco convencionais, formam um amálgama de delicado manuseio. Somam-se a esses fatores, as rápidas transformações em setores como comunicação, logística, demografia e a própria renda, que, em (des)intonia, evidenciam novas redes e novas formas de atuação diplomática. Como o próprio autor coloca, hoje qualquer um pode ser um 'informador' do governo, um

‘porta voz’, capaz de transmitir e receber informações estratégicas tanto públicas quanto privadas. Por outro lado, o volume de temas exige a atuação cada vez maior de especialistas, suplantando as velhas figuras da corte e dos barões, não mais condizentes com as diversas atividades que esses novos nexos incitam. Em relação ao Brasil, especificamente, Westmann assevera que o crescimento da imagem e da importância do país, no período pós-democratização, induz posicionamentos para além das tradicionais questões ligadas à liderança na América do Sul, à aliança com os EUA ou à atração de investimentos externos. Hoje, nossa diplomacia necessita de posicionamentos firmes em relação aos principais conflitos em âmbito mundial, melhoria de nossa imagem e estratégias mais robustas de inserção internacional. Enfim, trata-se de uma instigante reflexão, condizente com a experiência que esse diplomata vivencia.

Na penúltima seção, Relatos de pesquisa, há dois estudos com perspectivas *miltonianas*. Cada um, à sua maneira, reflete esforços de em geografizar temas que dizem respeito a fenômenos muito atuais e de laboriosa apreensão. Luis Henrique Leandro Ribeiro, doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas, ainda que tenha centrado o foco do artigo *Usos do território e espaço banal: relato de trabalho de campo em Geografia* na questão do trabalho de campo, não deixa escapar seu meritório objeto de pesquisa, as plantas medicinais e os fitoterápicos. Estes, que possuem estreita relação com nosso sistema de saúde, têm sido incorporados paulatinamente ao Sistema Único de Saúde, ainda que com entraves e interesses diversos. Ribeiro atenta para a necessidade de olhar tais processos não apenas pelos aspectos legais ou institucionais, ao contrário, advoga a urgente visão a partir dos usos do território, que refletem diferentes atores, interesses e nos aproxima do que Milton Santos denominou espaço banal, o espaço de todos. Ainda que se trate de uma política nacional, sua concretização se realiza de forma distinta segundo os lugares. O autor assinala a importância do trabalho de campo na incorporação das ações dos diversos e desiguais atores, estatais e não estatais, além de permitir compreender que o uso efetivo do território se dá nos lugares. Assim, Ribeiro reafirma a relevância do

arcabouço teórico-metodológico de Milton Santos e apresenta uma temática extremamente atual para pensar o sistema de saúde brasileiro.

O próximo relato de pesquisa, *Bancos comunitários e moedas locais: uma definição geográfica*, por Carolina Gabriel de Paula, mestre em Geografia pela Universidade de São Paulo, além de trazer uma imersão na teoria dos circuitos espaciais da economia urbana de Milton Santos, retrata seu trabalho sobre os bancos comunitários no Brasil, fenômeno extremamente recente e inovador, especialmente para a Geografia. Com menos de duas décadas de existência, esses bancos e as moedas locais, além de terem aumentado em número, têm se instalado nos rincões do Brasil, apresentando, até o momento do término da pesquisa, capilaridade em quatro das cinco macrorregiões brasileiras: Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste. Via de regra, sua localização está atrelada às áreas de baixa renda. Segundo a pesquisadora, isso decorre, principalmente, do fato de que tais bancos têm sido utilizados, a partir de 2006, como instrumentos de combate à pobreza, e através de políticas institucionalizadas, tornaram-se "bancos comunitários de desenvolvimento (BCD)". O artigo retrata como se desenvolveu a pesquisa para entender o funcionamento desses bancos comunitários nos lugares, assim como procura compreender o uso das moedas locais pelos agentes do circuito inferior da economia urbana, criando, então, horizontalidades nos lugares. É, sem dúvida, um artigo que traz uma temática reveladora acerca de um novo funcionamento financeiro no território nacional.

A última seção, dedicada às Resenhas, conta com a participação de dois estudantes do curso de graduação em relações internacionais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, e que realizaram o esforço de retratar o livro *Visões da Europa: representações e discursos*, de Neli Aparecida de Mello-Théry e Hervé Théry. De acordo com os autores da resenha, o livro procura valorizar as imagens e os despertados pelo continente europeu em universitários de treze nacionalidades e diferentes formações acadêmicas.

Para concluir, manifestamos a esperança de que os trabalhos aqui trazidos a público possam contribuir para as discussões em curso e para o alargamento do debate entre a

Geografia e áreas afins. O título do próprio editorial aponta exatamente para tal anseio, um olhar para frente, para novos diálogos e renovadas reflexões. Boa leitura!